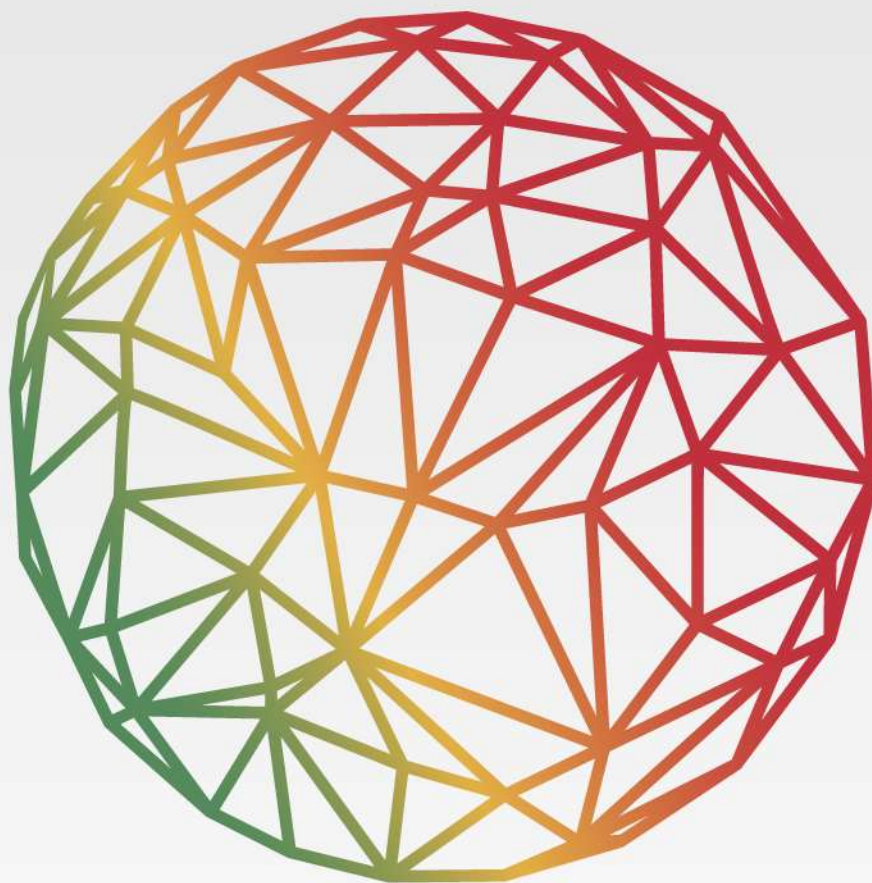




RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.º Trimestre de 2018



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



1. Índice

1. Índice	1
2. Introdução.....	2
3. Execução do orçamento	3
3.1. Análise Orçamental Global	3
3.2. Execução da receita com referência a 31 de março de 2018	4
3.3. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2018	6
4. Demonstrações Financeiras.....	9
4.1. Balanço	9
4.2. Demonstração dos Resultados	10
4.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	11
4.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
4.5. Notas às Demonstrações Financeiras.....	13
5. Indicadores.....	18
6. Conclusão.....	21



2. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, do n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março², bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)³.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017 (aguarda-se a publicação do diploma referente a 2018)

³ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e n.º 209/2015, de 25 de setembro.

3. Execução do orçamento

3.1. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos que não foram faturados ou geraram faturas que ainda não foram pagas.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	MAR - 2017	MAR - 2018	Variação	%
Previsões Corrigidas	80.156.277,00 €	101.272.101,00 €	21.115.824,00 €	26%
Receitas Liquidadas	14.652.282,00 €	12.177.760,00 €	- 2.474.522,00 €	-17%
Liquidações anuladas	324.209,00 €	4.478.359,00 €	4.154.150,00 €	1281%
Recebimentos	8.656.006,00 €	12.104.202,00 €	3.448.196,00 €	40%
Dotações corrigidas	74.238.059,00 €	92.837.560,00 €	18.599.501,00 €	25%
Cativos ou congelamentos	5.184.778,00 €	970.245,00 €	- 4.214.533,00 €	-81%
Compromissos assumidos	30.008.811,00 €	47.558.706,00 €	17.549.895,00 €	58%
Obrigações	Nd	10.136.421,80 €	Na	
Saldo de gerência anterior	5.729.261,00 €	- €	- 5.729.261,00 €	0%
Pagamentos	8.232.315,00 €	6.080.284,00 €	- 2.152.031,00 €	-26%
Saldo	6.152.952,00 €	6.023.918,00 €	- 129.034,00 €	

Outros indicadores	MAR - 2017	MAR - 2018	Variação	%
Receita por cobrar no início	5.278.546,00 €	5.021.994,00 €	- 256.552,00 €	-5%
Receita por cobrar no final	5.221.352,00 €	617.193,00 €	- 4.604.159,00 €	-88%
Compromissos por faturar	Nd	37.422.284,20 €	Na	
Obrigações por pagar	Nd	4.056.137,80 €	Na	
Compromissos por pagar	21.776.496,00 €	41.478.422,00 €	19.701.926,00 €	90%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No primeiro trimestre de 2018 a SPMS apresenta uma diminuição na receita liquidada face a 2017, no entanto o valor da receita cobrada é superior em virtude do aumento do valor do duodécimo proveniente do Orçamento do Estado (OE).

A SPMS assumiu compromissos, até março de 2018, no montante de cerca de 47,5M€, dos quais 41,5€ não foram faturados ou geraram faturas que ainda não foram pagas.

Em 2017 os mapas oficiais do controlo da despesa em POCP (mapa 7.1) não apresentavam a coluna com as obrigações processadas, o que já acontece com a demonstração da execução orçamental da despesa (mapa 3) da NCP26 do SNC-AP, pelo que se passa a apresentar os compromissos por pagar discriminados por obrigações por pagar e compromissos por faturar.



3.2. Execução da receita com referência a 31 de maio de 2018

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS												
mar-18												Un: euro
Descrição	Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)	
Font. Fin. Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[7]-[8]	[2]+[3]-[4]-[7]	[7]/[1]	
3.1.3 R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	8.434.541 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
3.1.9 R06.03 RECEITAS CORRENTES	49.266.844 €	- €	11.585.260 €	- €	11.585.260 €	- €	11.585.260 €	- €	11.585.260 €	- €	23,5%	
3.1.9 R17.01 OPERAÇÕES TESOURARIA	2.400.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
4.1.1 R06.09 RESTO DO MUNDO	1.853.540 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
4.8.2 R06.09 RESTO DO MUNDO	507.381 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
5.1.1 R07.02 SERVICOS	38.809.795 €	5.021.994 €	592.500 €	4.478.359 €	253.197 €	265.745 €	518.942 €	- €	518.942 €	617.193 €	1,3%	
	101.272.101 €	5.021.994 €	12.177.760 €	4.478.359 €	11.838.457 €	265.745 €	12.104.202 €	- €	12.104.202 €	617.193 €	12,0%	

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 12%. No final do 1º trimestre de 2018 a execução da receita é inferior à execução prevista devido, em parte, ao facto da SPMS não ter emitido faturação no âmbito do contrato programa nem parte da faturação referente aos serviços partilhados.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de março.

(Unid Monetária: Euros)			
Receita	MAR - 16	MAR - 17	MAR - 18
Valor Orçamentado	76.434.104,00 €	80.156.277,00 €	101.272.101,00 €
Valor Executado	4.181.603,00 €	14.385.267,00 €	12.104.202,00 €
Grau de Execução	5%	18%	12%

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita

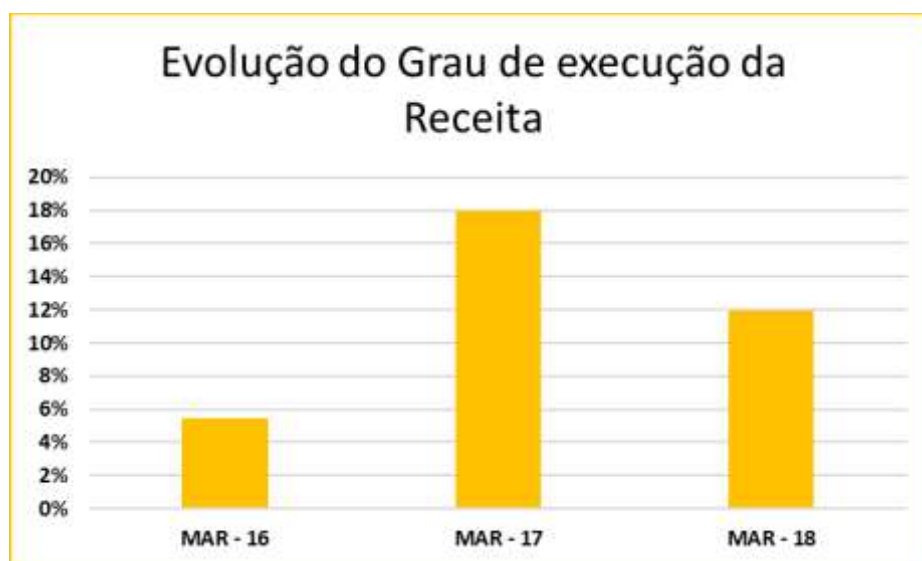


Figura 4 – Evolução do grau de execução da receita

A 31 de março 2018 a SPMS recebeu o correspondente a três duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento do Estado como transferências correntes.



Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:

(Unid Monetária: Euros)

MAR18 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
F.F.	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2017	Receita inicial estimada	Prespetiva de Recebimentos	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	40.000.000,00 €	40.000.000,00 €	9.999.999,00 €	9.999.999,00 €	25%
3.1.9	06.03.07	ACSS CC - SNS24	- €	9.266.844,00 €	9.266.844,00 €	1.585.261,00 €	1.585.261,00 €	17%
4.1.1	06.09.01	SAMA	- €	1.853.540,00 €	1.853.540,00 €	- €	- €	0%
4.8.2	06.09.01	UE	- €	507.381,00 €	507.381,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	4.478.359,26 €	30.188.994,00 €	30.188.994,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	397.760,22 €	3.042.282,00 €	3.440.042,22 €	125.943,00 €	121.937,00 €	3%
5.1.1	07.02.99.B0	SITAM	- €	448.707,00 €	448.707,00 €	233.066,00 €	233.066,00 €	52%
5.1.1	07.02.99.C0	Direcção Geral da Saúde	50.528,40 €	3.171.925,00 €	3.222.453,40 €	212.763,00 €	50.624,00 €	2%
5.1.1	07.02.99.C0	INCM	47.895,84 €	374.583,00 €	422.478,84 €	- €	67.931,00 €	14%
5.1.1	07.02.99.C0	Iasaúde (Instituto de Administração da Saúde	45.384,00 €	55.822,00 €	101.206,00 €	20.035,00 €	45.384,00 €	31%
5.1.1	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	- €	36.501,00 €	36.501,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	IPST	- €	89.790,00 €	89.790,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	Novos - SIMH-CUF e RHC-ME	- €	1.401.191,00 €	1.401.191,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	Outros	2.066,40 €	- €	2.066,40 €	693,00 €	- €	0%
Total			5.021.994,12 €	90.437.560,00 €	90.981.194,86 €	12.177.760,00 €	12.104.202,00 €	13%

Figura 6 – Grau de execução da receita



3.3. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2018

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS									
mar-18									
Un: euro									
Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin. Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
3.1.9 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	6.909.726 €	- €	6.909.726 €	3.037.387 €	1.495.273 €	3.872.339 €	5.414.453 €	1.542.114 €	21,6%
3.1.9 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	373.476 €	- €	373.476 €	325.487 €	173.357 €	47.989 €	200.119 €	152.130 €	46,4%
3.1.9 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.575.514 €	- €	1.575.514 €	949.604 €	366.938 €	625.910 €	1.208.576 €	582.666 €	23,3%
3.1.9 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	58.900 €	- €	58.900 €	46.405 €	9.110 €	12.495 €	49.790 €	37.295 €	15,5%
3.1.9 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	40.050.268 €	- €	40.050.268 €	26.112.903 €	2.812.645 €	13.937.365 €	37.237.623 €	23.300.258 €	7,0%
3.1.9 D06.02 DIVERSAS	300.000 €	- €	300.000 €	147.622 €	5.970 €	152.378 €	294.030 €	141.652 €	2,0%
3.1.9 D12.01 OPERAÇÕES TESOUREARIA	2.400.000 €	- €	2.400.000 €	- €	- €	2.400.000 €	2.400.000 €	- €	0,0%
4.1.1 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.853.540 €	- €	1.853.540 €	243.191 €	40.450 €	1.610.349 €	1.813.090 €	202.741 €	2,2%
4.8.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	507.381 €	- €	507.381 €	- €	- €	507.381 €	507.381 €	- €	0,0%
5.1.1 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	319.600 €	- €	319.600 €	316.380 €	21.128 €	3.220 €	298.472 €	295.252 €	6,6%
5.1.1 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	24.817.910 €	- €	24.817.910 €	13.388.837 €	835.290 €	11.429.073 €	23.982.620 €	12.553.547 €	3,4%
5.1.1 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.1 D06.02 DIVERSAS	3.670.245 €	970.245 €	2.700.000 €	288.971 €	288.821 €	2.411.029 €	2.411.179 €	150 €	10,7%
5.1.1 D07.01 INVESTIMENTOS	10.000.000 €	- €	10.000.000 €	2.701.919 €	31.301 €	7.298.081 €	9.968.699 €	2.670.618 €	0,3%
	92.837.560 €	970.245 €	91.867.315 €	47.558.706 €	6.080.284 €	44.308.609 €	85.787.031 €	41.478.422 €	6,6%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 6,6%, o que significa que o nível de execução da despesa é prudente face ao nível de execução da receita.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de março.

(Unid Monetária: Euros)			
Despesa	MAR - 16	MAR - 17	MAR - 18
Valor Orçamentado	60.251.850,00 €	74.238.059,00 €	92.837.560,00 €
Valor cativo	7.519.270,00 €	5.184.778,00 €	970.245,00 €
Valor Executado	3.409.956,00 €	8.232.315,00 €	6.080.284,00 €
Grau de Execução	6%	12%	7%

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa

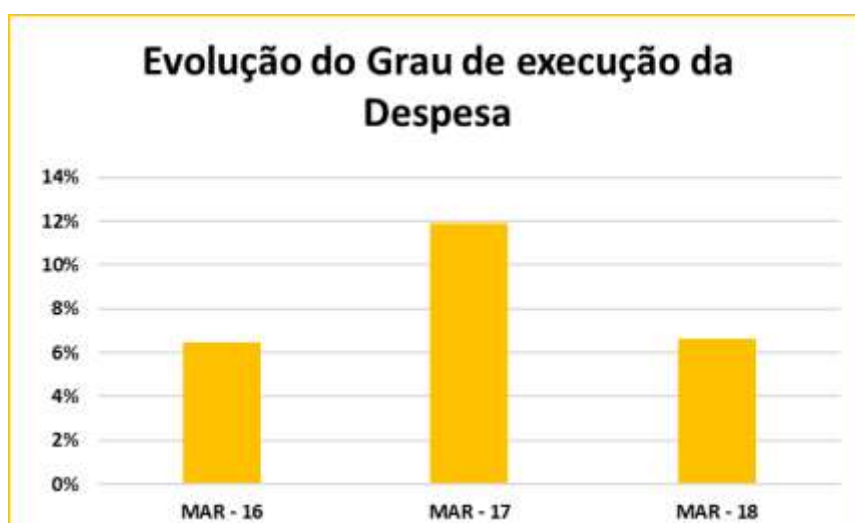


Figura 9 – Evolução do grau de execução da despesa



Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.



Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago, 61% corresponde a aquisição de serviços e 34% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em março de 2018, foi inferior à despesa no mesmo período em 2017, em face, principalmente do pagamento do licenciamento Microsoft que ocorreu em março de 2017, no valor de cerca de 2,4M€.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2017					
Principais agregados	ORÇ. 2018	MAR - 2017	MAR - 2018	Variação homóloga	%
Despesas com o pessoal	8.858.716 €	2.246.139,00 €	2.035.568,00 € -	210.571,00 €	-9%
Aquisição de bens e serviços	67.607.599 €	5.370.628,00 €	3.718.623,00 € -	1.652.005,00 €	-31%
Outras despesas correntes	3.970.245 €	63.840,00 €	294.791,00 €	230.951,00 €	362%
Investimento	10.000.000 €	551.707,00 €	31.301,00 € -	520.406,00 €	-94%
Operações de tesouraria	2.400.000,00 €	- €	- €	- €	0%
Total	92.836.560,00 €	8.232.315,00 €	6.080.284,00 € -	2.152.031,00 €	-26%

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por unidade orgânica.

(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	401.922 €	2.384 €	399.538 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	1.137.810 €	440.719 €	697.091 €
5	Direção Financeira	140.278 €	8.750 €	131.528 €
5.1	Unidade de Serviços Financeiros	417.974 €	308.154 €	109.820 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	227.550 €	12.520 €	215.030 €
7	Direção de Recursos Humanos	4.405.249 €	2.035.688 €	2.369.561 €
7.1	Unidade de Recursos Humanos	63.056 €	53.406 €	9.649 €
7.2	Unidade de Serviços Partilhados de Recursos Humanos	782.132 €	47.925 €	734.207 €
7.3	Academia da SPMS	35.503 €	6.339 €	29.164 €
10	Unidade de Apoio Geral	1.868.361 €	130.588 €	1.737.773 €
11	Conselho de Administração	73.800 €	- €	73.800 €
14.1	Unidade de Robotics e Advanced Technology	9.900 €	4.950 €	4.950 €
14.2	Unidade de Engenharia de Software	75.533 €	- €	75.533 €
14.3	Unidade de Advanced Analytics e Intelligence	1.483.363 €	74.735 €	1.408.628 €
14.4	Unidade de Sistemas de Gestão de Recursos	1.548.033 €	144.671 €	1.403.363 €
14.5	Unidade de Operações e Infraestrutura Central	417.039 €	11.004 €	406.035 €
15.1	Unidade de Gestão do Medicamento e do Dispositivo Médico	1.072.764 €	8.030 €	1.064.734 €
15.2	Unidade de Sistemas Hospitalares	1.042.571 €	101.297 €	941.274 €
15.3	Unidade dos Sistemas de Informação da SPMS	164.605 €	- €	164.605 €
15.4	Unidade dos Projetos e Relações Internacionais	114.955 €	2.892 €	112.063 €
15.5	Unidade de Plataformas de Integração de Cuidados e Serviços para o Cid	1.701.465 €	138.689 €	1.562.775 €
15.6	Núcleo de Apoio à DSI	915.718 €	50.694 €	865.024 €
16	Direção de Sistemas de Informação - Secção III	32.082 €	20.864 €	11.218 €
16.1	Unidade de Planeamento, Arquitetura e Auditoria	304.755 €	28.509 €	276.245 €
16.2	Unidade de Projetos de Sistemas de Cuidados Primários e de Proximidade	2.188.057 €	50.529 €	2.137.528 €
16.3	Unidade de Projetos de Gestão de Serviço e Suporte	1.681.989 €	120.399 €	1.561.590 €
16.4	Unidade de Operação e Infraestruturas Regionais e Locais	16.801.201 €	90.713 €	16.710.489 €
16.5	Unidade de Registos Nacionais e Interoperabilidade Técnica	2.105.147 €	102.469 €	2.002.677 €
16.6	Núcleo do eSIS	105.738 €	28.717 €	77.021 €
17	Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais	125.292 €	7.887 €	117.406 €
17.1	Unidade Ministerial de Compras	168.821 €	4.631 €	164.191 €
18	Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde	781.569 €	23.110 €	758.459 €
19	Direção de Compras Públicas Internas	664.782 €	7.442 €	657.341 €
19.1	Unidade de Aprovisionamento	49.154 €	8.120 €	41.034 €
20.1	Unidade de Auditoria Interna	29 €	- €	29 €
22	Unidade de Controlo de Gestão de Compras Públicas	93.830 €	- €	93.830 €
24	Direção do Centro Nacional de Telesaúde	4.356.677 €	2.003.461 €	2.353.216 €
Total		47.558.706 €	6.080.284 €	41.478.422 €

Figura 12 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica



4. Demonstrações Financeiras

4.1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 31 de março 2018

(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.mar.18	31.mar.17
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1.555.909,63	2.241.801,98
Ativos intangíveis	1.157.614,87	1.308.640,99
	2.713.524,50	3.550.442,97
Ativo corrente		
Clientes, contribuintes e utentes	617.192,46	5.327.308,95
Estado e outros entes públicos	1.306.198,60	819.959,15
Outras contas a receber	2.562.586,25	1.319.447,21
Diferimentos	1.675.212,96	2.078.110,90
Caixa e depósitos	17.420.129,36	6.664.628,73
	23.581.319,63	16.209.454,94
Total do ativo	26.294.844,13	19.759.897,91
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	25.637.140,00	25.637.140,00
Resultados transitados	-28.542.197,79	-26.354.121,49
Outras variações no Património Líquido	5.407.487,22	5.340.000,00
Resultado líquido do período	3.059.978,72	1.667.276,36
Total do Património Líquido	5.562.408,15	6.290.294,87
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	350.851,08	501.157,41
	350.851,08	501.157,41
Passivo corrente		
Fornecedores	4.316.142,76	2.945.425,37
Estado e outros entes públicos	1.080.123,74	306.566,49
Outras contas a pagar	14.985.318,40	9.716.453,77
	20.381.584,90	12.968.445,63
Total do passivo	20.732.435,98	13.469.603,04
Total Património Líquido e passivo	26.294.844,13	19.759.897,91



4.2. Demonstração dos Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de março 2018

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	31.mar.18	31.mar.17
Prestação de serviços	777.135,52	981.410,00
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	11.585.259,69	8.046.946,24
Fornecimentos e serviços externos	-5.678.718,54	-4.107.985,86
Gastos com o pessoal	-2.043.214,57	-2.273.457,82
Outros rendimentos e ganhos	61.528,31	148.462,90
Outros gastos e perdas	-215.730,18	-43.447,36
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	4.486.260,23	2.751.928,10
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-367.044,73	-529.730,73
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)	4.119.215,50	2.222.197,37
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado antes de Impostos	4.119.215,50	2.222.197,37
Imposto sobre o rendimento	-1.059.236,78	-554.921,01
Resultado líquido do período	3.059.978,72	1.667.276,36



4.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de março de 2018

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período
Posição no Início do Período 2017	1	25.637.140,00	-	-26.772.940,21	5.407.487,22	-1.769.257,58
Alterações no período	2					
Resultado Líquido do Período	3					3.059.978,72
Resultado Integral	4 = 2 + 3					3.059.978,72
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital/património						
Outras operações						
Transferência OE						
Saldo de gerência						
Resultados transitados dos ACES						
Aplicação do resultados de 2017				-1.769.257,58		1.769.257,58
	5	0,00	-	-1.769.257,58	0,00	1.769.257,58
Posição no Fim do Período 31 de março de 2018	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-28.542.197,79	5.407.487,22	3.059.978,72
						5.562.408,15

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período
Posição no Início do Período 2017	1	25.637.140,00	0,00	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37
Alterações no período	2					
Resultado Líquido do Período	3					-1.769.257,58
Resultado Integral	4 = 2 + 3					-1.769.257,58
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital/património						
Outras operações						
Resultados transitados dos ACES				-5.698,67		-5.698,67
Reconhecimento de ativo				29.330,27		29.330,27
Reconhecimento de encargos Centro de contacto SNS				-418.200,00		-418.200,00
Transferência de ativos entre entidades					67.487,22	67.487,22
Aplicação do resultados de 2016				351.182,37		-351.182,37
	5	-	-	-43.386,03	67.487,22	-351.182,37
Posição no Fim do Período 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-26.772.940,21	5.407.487,22	-1.769.257,58
						2.502.429,43



4.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de março de 2018

(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.mar.18	31.mar.17
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	457.096,88	485.866,34
Pagamentos a fornecedores	-3.724.436,63	-5.852.983,62
Pagamentos ao pessoal	-1.669.400,52	-1.877.307,88
Caixa gerada pelas operações	-4.936.740,27	-7.244.425,16
Outros recebimentos / pagamentos	10.857.291,47	8.081.135,29
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	5.920.551,20	836.710,13
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-4.950,00	-86.100,00
Activos intangíveis	-17.366,06	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-22.316,06	-86.100,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	5.898.235,14	750.610,13
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.521.894,22	5.914.018,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.420.129,36	6.664.628,73



4.5. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Até 31 de dezembro de 2016, no ano de entrada em funcionamento ou utilização dos ativos era praticada a quota anual de depreciação, no entanto a partir de 1 de janeiro de 2017 o registo da quota de depreciação corresponde ao número de meses contados desde o mês da entrada em funcionamento do ativo, inclusive, até ao final do ano. A SPMS decidiu adotar a prática de depreciação por duodécimos de forma a garantir a especialização dos gastos.

No ano de 2017 a SPMS incorporou os ativos do Centro de Contacto do SNS, provenientes da DGS, no valor de 67.487,22€.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Também para os ativos intangíveis foi adoptada a prática da depreciação por duodécimos por forma a garantir a especialização dos gastos.

Clientes

A 31 de março de 2018 o valor em dívida de clientes apresenta uma grande diminuição face ao período homólogo. O montante em dívida em março de 2017 refere-se essencialmente a faturas emitidas à ACSS no âmbito do contrato programa com aquela entidade, o qual só veio a ser liquidado no mês de abril de 2017.

Outras contas a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui ainda os valores a faturar a clientes no âmbito de serviços partilhados, referente aos serviços



prestados no 1º trimestre de 2018 e o montante de serviços prestado à ACSS em 2017, que irão integrar as metas do Contrato-Programa para 2018, que ascende a 1.979.465,12€ (em acréscimo de rendimentos).

Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente. Em março de 2018 inclui o diferimento dos gastos com a assistência técnica de software do licenciamento ORACLE, no montante de 1.539.246€ proveniente do exercício anterior.

Caixa e depósitos

A rubrica de caixa e depósitos inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

A 31 de março de 2018 esta rubrica apresenta uma variação positiva face ao período homólogo em virtude do aumento do saldo de gerência face ao ano anterior.

Património/Capital

O capital estatutário de 25.637.140 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 31 de março de 2018. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dívidas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica para o atual montante.

Resultados Transitados

O resultado líquido negativo do período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 1.769.257,58€, foi transferido para resultados transitados, uma vez que as contas ainda não foram aprovadas no sentido de se aplicarem reservas.

A 31 de março de 2018 a SPMS apresenta um capital próprio positivo totalmente subscrito e realizado pelo Estado Português, no entanto ele ainda é inferior a metade do capital social.



Outras variações no Património Líquido

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações no património líquido.

Em 2017, a rubrica de outras variações no património líquido sofreu um incremento de 67.487,22€ referente ao valor dos ativos do Centro de Contacto do SNS que foram transferidos da DGS para a SPMS por via do Decreto-Lei n.º 69/2017 de 16 de junho.

Provisões

A 31 de março de 2018 a SPMS manteve constituídas provisões no montante de 350.851,08 euros, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas em dívida ao fornecedor “Altran”, a qual inclui diversos contratos de prestação de serviços, subcontratados no âmbito do contrato programa com a ACSS e ao fornecedor “MEO”, cuja dívida está relacionada com o Centro de Contacto do SNS.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a imposto estimado, Segurança Social, CGA e IRS.

Outras contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2018, mas cujo direito é adquirido em 2017.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2016 e será previsivelmente pago em 2018.

O disposto no n.º 2 do artigo 193.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro que refere que “*Os saldos da execução orçamental de 2017 das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, excluindo as entidades*



referidas no número seguinte, são integrados automaticamente no orçamento da ACSS, I. P., de 2018.” originou um registo de um passivo, no montante de 9,7M€, referente aos saldos das fontes de financiamento 319, 510 e 540.

Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica a 31 de março de 2018 refere-se essencialmente à faturação ou acréscimo de faturação a emitir no âmbito da prestação de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde e a contratos com a Direção Geral de Saúde.

Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. O ponto 39 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), dispõe o seguinte: *“Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 40 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, e até ao limite de € 9 266 844, destinada a financiar o Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)”*.

Nesta rubrica estão já registados cerca de 10M€ correspondentes à transferência de três duodécimos da verba prevista no OE para financiamento dos serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, bem como 1.585.261€ referentes ao Centro de Contacto do SNS.

Fornecimentos e serviços externos

Em 2018, verifica-se um ligeiro aumento nos gastos com fornecimentos e serviços externos em relação ao período homólogo.

Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou uma diminuição em março de 2018 em relação ao valor registado no período homólogo. Esta diminuição deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter sofrido uma diminuição face a março de 2017. O número de trabalhadores era de 283 em março de 2017 e de 268 em março de 2018.

Outros gastos e perdas

Nesta rubrica foram considerados os gastos de correções relativas a anos anteriores, quotizações, impostos, juros e outros.



Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado em 2015 e 2016, especialmente decorrente da execução do PRITIC. De salientar que o registo das depreciações no ano de início de utilização dos ativos está a ser realizado em regime de duodécimos.

Evolução dos resultados

A Demonstração dos Resultados, a 31 de março de 2018, evidencia um resultado líquido positivo do período de 3.059.978,72€.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2018 não registam uma variação significativa face ao período homologo.

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta uma diminuição significativa face ao ano anterior, em especial devido ao facto da SPMS ter liquidado em março de 2017 o montante de 2,4M€ relativamente ao Licenciamento Microsoft.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresentam uma diminuição relativamente ao ano anterior. Esta diminuição está relacionada com o facto do quadro de pessoal apresentar uma diminuição face a março de 2017.

Outros recebimentos/pagamentos

A 31 de março de 2018 constam nesta rubrica o recebimento dos três duodécimos do OE, bem como o recebimento das transferências inerentes ao Centro de Contacto do SNS.

Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

Esta rubrica apresenta uma discrepância muito grande relativamente ao período homólogo sobretudo devido ao aumento do saldo de gerência face aos períodos anteriores.

5. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a março de 2018 e sua situação face ao ano de 2017.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte		31.dez.2017	31.mar.18
	Denominador	Numerador				
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	-	1.769.257,58 €	3.059.978,72 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço		10%	21%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço		0,99	1,16
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço		0,11	0,27
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	-	1.764.448,35 €	4.119.215,50 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR		504.043,75 €	4.486.260,23 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR		29.965.132,13 €	5.678.718,54 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR		41.838.058,09 €	12.423.923,52 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251)	NA	Balancete		417.319,64 €	5.344,86 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete		60.899,85 €	14.914,59 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete		187.897,38 €	38.452,32 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete		9.572.555,75 €	2.043.214,57 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR		39.537.687,88 €	7.721.933,11 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR		16.396.383,74 €	777.135,52 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR		241%	994%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (626123)	NA	Balancete		28.243,62 €	5.699,18 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC		23.162.531,84 €	457.096,88 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC		34.009.433,76 €	3.724.436,63 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de março	Média Fornecedores dos ultimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral		31,90	34,39
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de Dezembro	Média dos Clientes dos ultimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral		67,49	42,40
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento			0,47	0,81
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral		2.371.431,42 €	1.620.490,55 €
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral		2.959.940,86 €	2.745.277,76 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, além das receitas próprias		Balancete		33.371.241,00 €	11.585.260,00 €

Os níveis de autonomia financeira e de liquidez estão a estabilizar todavia o capital próprio permanece inferior a metade do capital subscrito.



O prazo médio de recebimentos fixou-se nos 42 dias tendo em conta a média trimestral (despacho 9870/2009). Este indicador diminuiu face a dezembro de 2017 uma vez que parte da faturação emitida à ACSS em 2017 foi corrigida e outra foi incluída no contrato-programa de 2018, originando a emissão de notas de crédito no 1.º trimestre de 2018, valor de 4.478.359€.

Em março de 2018 o prazo médio de pagamentos situa-se nos 34,39 dias. Em março de 2018 verifica-se um ligeiro aumento deste indicador face a dezembro de 2017. Tendo em conta o atraso no recebimento do duodécimo do OE de janeiro a SPMS optou por efetuar pagamentos apenas na data de vencimento das faturas. No entanto, atualmente a tesouraria está estável pelo que as faturas irão ser pagas com referência ao objetivo dos 30 dias após a data de emissão.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS importa referir que, através da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2018, encontra-se estabelecido no artigo 55.º que “As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental”.

A SPMS está a aguardar pela publicação do Decreto de Execução Orçamental para 2018 para saber que regras específicas serão emanadas sobre esta matéria.

A Empresa apresenta um aumento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 650% para 994%, considerando apenas os Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, nos termos do rácio normalizado da DGTF. O rácio apresenta estes elevados valores em virtude de ainda não terem sido faturados quaisquer montantes referentes ao 1º trimestre no âmbito do Contrato Programa que contribuem para o volume de negócios.

Neste contexto, o estado atual destes indicadores é o seguinte:



Indicadores	31.dez.2017	31.mar.2017	31.mar.2018	% sobre 2017	Variação homóloga	% VH
EBITDA (€)	504.043,75 €	2.751.928,10 €	4.486.260,23 €	163%	1.734.332,13 €	63%
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	29.965.132,13 €	4.107.985,86 €	5.678.718,54 €	138%	1.570.732,68 €	38%
Rendimentos Operacionais (€)	41.838.058,09 €	9.176.819,14 €	12.423.923,52 €	135%	3.247.104,38 €	35%
Gastos com deslocações e estadas	417.319,64 €	10.741,79 €	5.344,86 €	50%	-	5.396,93 € -50%
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	60.899,85 €	11.319,06 €	14.914,59 €	132%	3.595,53 €	32%
Gastos com comunicações	187.897,38 €	25.355,90 €	38.452,32 €	152%	13.096,42 €	52%
Gastos com Pessoal (€)	9.572.555,75 €	2.273.457,82 €	2.043.214,57 €	90%	-	230.243,25 € -10%
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	39.537.687,88 €	6.381.443,68 €	7.721.933,11 €	121%	1.340.489,43 €	21%
Volume de negócios	16.396.383,74 €	981.410,00 €	777.135,52 €	79%	-	204.274,48 € -21%
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	241%	650%	994%	-	3,43	-
Gastos com Frota Automóvel	28.243,62 €	7.894,35 €	5.699,18 €	72%	-	2.195,17 € -28%
Aquisições de serviços (Ec. 0202 - FF319;510;540)	34.633.790,00 €	5.309.576,00 €	3.647.935,00 €	69%	-	1.661.641,00 € -31%

Como se pode verificar os pagamentos com a aquisição de serviços são inferiores ao período homólogo, essencialmente devido ao pagamento da manutenção do licenciamento do software Microsoft ocorrido em março de 2017, tendo em conta que em 2018 semelhante pagamento ainda não foi efetuado.

De salientar que o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios ficou acima do limite face ao período homólogo devido ao aumento dos gastos operacionais. As ajudas de custo e os gastos em comunicações também estão acima do referencial homólogo.

A SPMS está a aguardar pela publicação do Decreto de Execução Orçamental para saber que regras irão ser emanadas sobre esta matéria.



6. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

-  O capital próprio ainda representa menos de metade do capital subscrito.
-  A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada a 31 de março de 2018.
-  O grau de execução orçamental da receita é baixo devido à ausência de qualquer faturação ao abrigo do Contrato-Programa com a ACSS.
-  Permanecem dívidas por pagar decorrentes das obrigações transmitidas dos ACE Somos pelo Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro ACE, embora de montante reduzido.
-  A 31 de março de 2018 o prazo médio de pagamentos situa-se nos 34 dias, no entanto foram adoptadas medidas por forma a reduzir aquele indicador para os 30 dias, conforme objetivo anual.
-  Alguns indicadores referentes a gastos operacionais situam-se acima do referencial homólogo.

SPMS, em Lisboa, 23 de abril de 2018

.....